

MESA NACIONAL DA HU BRASIL DEBATE VALORIZAÇÃO SALARIAL, AUXÍLIO- TRANSPORTE E DIREITOS DOS TRABALHADORES



A 6ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPP) da HU Brasil, realizada no dia 30 de setembro, reuniu representantes da Condsef/Fenadsef, de outras entidades nacionais e da gestão da empresa para discutir uma série de questões que afetam diretamente os trabalhadores dos hospitais universitários. Entre os principais assuntos estiveram a valorização salarial da categoria, o auxílio-transporte, mudanças no Banco de Movimentação de Pessoas, critérios para realização de plantões extras e a compensação dos trabalhadores convocados para atuar nas eleições.

A reunião começou com uma apresentação da HU Brasil sobre os cenários e desafios enfrentados pela estatal. A empresa apresentou dados sobre a evolução da rede desde sua criação, investimentos realizados nos hospitais universitários e programas relacionados à pesquisa, extensão e cuidado com os trabalhadores, destacando a contribuição dos empregados para os resultados alcançados.

Diante dos números apresentados, a Condsef/Fenadsef defendeu que os resultados positivos da empresa também sejam utilizados nas discussões com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para reivindicar valorização salarial. As entidades voltaram a cobrar aumento real e medidas para enfrentar a defasagem acumulada nos salários da categoria desde 2014, ressaltando que os resultados alcançados pela HU Brasil dependem diretamente do trabalho desenvolvido diariamente pelos empregados da rede.

A representação dos trabalhadores também reivindicou orçamento específico para a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e para as atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), além de defender maior padronização na aplicação das normas da HU Brasil, diante das diferentes interpretações adotadas pelas unidades da rede.

A empresa reconheceu que os avanços esperados pelos trabalhadores ainda não foram alcançados, mas destacou conquistas em cláusulas sociais e iniciativas voltadas ao cuidado com os empregados. Também informou que está sendo realizada uma consultoria a partir dos dados levantados pelo Censo HU Brasil, com o objetivo de orientar ações de melhoria e enfrentar desigualdades identificadas internamente.

Entidades conseguem suspensão de corte do auxílio-transporte

Um dos principais encaminhamentos da reunião ocorreu durante a discussão sobre o auxílio-transporte. As entidades relataram que trabalhadores estavam recebendo notificações sobre a possibilidade de suspensão do benefício para aqueles que residem em municípios não contíguos à cidade onde está localizado o hospital em que trabalham.

A Condsef/Fenadsef lembrou que o assunto já havia sido levado à Mesa Nacional anteriormente e que as entidades haviam solicitado a revisão das mudanças antes que qualquer medida pudesse causar prejuízo aos empregados. Também cobraram o posicionamento da área jurídica da empresa e argumentaram que alterações no Plano de Benefícios precisam ser discutidas com as representações sindicais.

Durante o debate, as entidades defenderam a suspensão da aplicação da norma e a abertura de discussão sobre o Plano de Benefícios. Ao final, a HU Brasil concordou com a suspensão do corte do auxílio-transporte e informou que a decisão seria encaminhada à área técnica. O resultado representa um importante avanço para os trabalhadores que dependem do benefício, enquanto seguem as discussões sobre as regras que deverão ser aplicadas.

Mudanças no Banco de Movimentação são questionadas



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 9179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Soares

Jornalista: Letícia Alves e Júnior Tavares (5050/CE)

Estagiários de Comunicação: Mariah Salvatore

e Guilherme Azevedo.



Tel. Sintsef-CE:
3255.7349

Outro tema que provocou amplo debate foi a alteração dos critérios de prioridade no Banco de Movimentação de Pessoas. Segundo as entidades sindicais, anteriormente a ordem de prioridade considerava pessoa com deficiência (PcD), tempo de empresa e, posteriormente, a data de inscrição no Banco. A alteração promovida pela empresa modificou a posição dos dois últimos critérios, provocando mudanças significativas nas filas de movimentação.

As entidades questionaram a forma como a mudança foi conduzida e argumentaram que os trabalhadores que já estavam inscritos e possuíam uma posição consolidada não deveriam ser prejudicados. Por isso, defenderam a criação de um marco temporal que preserve a situação daqueles que ingressaram no Banco antes da alteração.

A gestão informou que as entidades haviam sido comunicadas previamente por e-mail sobre a revisão da norma e sustentou que os novos critérios trouxeram avanços ao processo. Também afirmou que o sistema já foi modificado e que não há possibilidade de retornar ao modelo anterior. As representações sindicais solicitaram acesso à versão final da norma para conhecer integralmente as alterações realizadas.

Também foram apresentadas preocupações relacionadas aos empregados aprovados em concursos para macrorregiões, que estariam enfrentando maiores dificuldades para movimentação para hospitais localizados fora dessas áreas. A empresa esclareceu que, após dois anos, esses trabalhadores podem ingressar no Banco de Movimentação de Pessoas.

Durante a discussão, a HU Brasil informou ainda que haverá novo concurso público utilizando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a qual existe contratação continuada para realização de concursos pelo período de cinco anos, iniciado em 2024.

Plantões extras e critérios de participação entram na pauta

As regras relacionadas aos plantões extras também foram discutidas. As entidades apontaram que as escalas são encaminhadas antecipadamente à sede para autorização, mas que as necessidades reais das unidades podem

mudar posteriormente, especialmente diante de afastamentos já previstos, como férias e licenças de maior duração.

Outro questionamento envolveu a utilização de critérios que possam excluir trabalhadores da realização de horas extras. As representações defenderam que a apresentação de atestados ou a participação em movimentos grevistas não sejam utilizadas como impedimento para que empregados aptos possam participar dos plantões extras.

A empresa explicou que existe limite orçamentário para a liberação das horas extras devido às exigências de aprovação pela União. Reconheceu, entretanto, problemas relacionados ao dimensionamento de pessoal e informou que está trabalhando para buscar soluções. A gestão também pediu que situações em que as unidades adotem regras diferentes daquelas estabelecidas nacionalmente sejam comunicadas, para evitar a continuidade de procedimentos divergentes.

Trabalho nas eleições também é discutido

A Mesa Nacional tratou ainda dos direitos dos empregados convocados pela Justiça Eleitoral. A discussão ocorreu a partir da orientação interna prevista no POP-DGP-020 e de questionamentos apresentados pelas entidades sobre a forma de compensação dos dias destinados ao serviço eleitoral.

Durante a reunião, foi apresentado um ofício obtido por entidade sindical de Minas Gerais junto à Justiça Eleitoral contendo orientações sobre o tema. Como encaminhamento, a HU Brasil informou que emitiria, em 1º de outubro, orientação às Divisões de Gestão de Pessoas (DIVGPs) dos hospitais universitários sobre a dispensa e a compensação relacionadas às atividades prestadas à Justiça Eleitoral.

As pautas restantes (declaração de acompanhamento para tratamento de filhos com deficiência; períodos adicionais para empregados com dependentes com deficiência e que não possuem redução de jornada; prioridade para licença sem remuneração, licença sem prejuízo da remuneração para tratamento de filhos com deficiência) serão discutidas nas próximas reuniões da MNNP, que estão previstas para 29 de outubro e 2 de dezembro.



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 9179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Soares
Jornalista: Letícia Alves e Júnior Tavares (5050/CE)
Estagiária de Comunicação: Mariah Salvatore e
Guilherme Azevedo



Tel. Sintsef-CE:
3255.7349